

A Evolução e Educacional no Brasil

Benedito Galvão Ribeiro do Vale Junior.

Mestrando em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos pelo Centro
Universitário Salesiano de São Paulo.

Resumo

No presente estudo abordam-se os aspectos fundamentais do processo histórico que tornou possível o surgimento das Universidades. Aborda-se a bibliografia sobre o tema, como o objetivo de apresentar a evolução das Instituições no decorrer dos anos, analisando o quanto ainda é pequena essa evolução, sendo necessária uma revisão, tanto nos aspectos estruturais e físicos, como nos aspectos metodológicos. O texto se divide em dois momentos: no primeiro, apresenta-se o surgimento da Universidade em nosso país; no segundo momento, discorre-se sobre a evolução e mudanças ocorridas no meio acadêmico desde sua criação até os dias atuais.

Palavras-chave: Processo Histórico. Universidade. Evolução. Acesso à Educação.

Sumário: Introdução. 1 A educação no Brasil. 1.1 O ensino superior brasileiro. 2. A educação brasileira moderna. Conclusão. Referências.

Introdução

Muito tem-se falado sobre a democratização do acesso ao ensino superior nos dias atuais. Infelizmente, o acesso massificado não garante a excelência do ensino ministrado e muito menos do docente que é capacitado após os estudos na Universidade. Para que haja um maior conhecimento acerca dos motivos pelos quais isso tem ocorrido, há necessidade de se analisar o processo pelo qual as universidades passaram ao longo dos anos.

Desde os primórdios da humanidade, o homem aprendeu com a partir da interação com seus iguais e empiricamente. A escrita, o fogo, a caçar, pescar etc, são exemplos de atividades que o ser humano desenvolveu ao longo do tempo. Desta forma, ensinar e aprender são capacidades que estão presentes no homem desde o

princípio e estas capacidades evoluíram ao longo dos anos até chegar aos modelos estruturados presentes nos dias atuais.

Tais modelos baseiam-se em uma busca incansável pela democratização do ensino, acreditando na perspectiva de que, a partir do momento em que todos tiverem acesso à educação e informação, os desenvolvimentos cultural, organizacional, científico, político etc, serão efetivados da forma mais plena possível. De acordo com Teixeira (1999, p. 80), os analfabetos em idade escolar alcançam a incrível soma de 59 milhões, além dos tantos outros milhões de semi-alfabetizados. Por isso, há necessidade de reorganizar o processo educacional de modo a proporcioná-lo a todos, como defende o autor.

Por isso estou seguro de que não estamos aqui para discutir, como é tanto do nosso gosto, a educação dos poucos, a educação dos privilegiados, mas a educação dos muitos, a educação de todos, a fim de que se abra para o nosso povo aquela igualdade inicial de oportunidades, condição mesma para a sua indispensável integração social. (TEIXEIRA, 1999, p. 80).

Dessta maneira, claro está que a democratização do ensino é fundamental para a sua excelência do mesmo, porém, obviamente modificações são necessáriasdevem ser feitas a fim de ajustá-lao às realidades vigentes e assim atingir os altos níveis de desenvolvimento educacional. O autor também defende quePara Teixeira (1968) a igualdade democrática baseia-se no pressuposto de que nenhum indivíduo apresenta uma inteligência reduzida a ponto de não oferecer contribuições significativas ao meio em que vive.

O princípio da igualdade individual, proclamado como princípio fundamental da forma social democrática, não se baseia na igualdade psicológica dos indivíduos, mas em sua igualdade política, graças à qual lhes devem ser dadas oportunidades iguais de desenvolvimento e participação social. (TEIXEIRA, 1968, p. 1).

1 A educação no Brasil

O Brasil é um país diferenciado dos demais países que foram colonizados pelos Europeus.

De acordo com Teixeira (1999), Teixeira, enquanto a Espanha inseriu em suas colônias várias universidades (eram 26 ou 27 na época), os colonizadores portugueses limitaram o Brasil, em com apenas duas universidades da Metrópole: Évora e Coimbra. (TEIXEIRA, 1999).

Apenas, posteriormente, com a vinda da família real, é que D. João VI estabeleceu as Escolas de Medicina e de Engenharia, desenvolvendo assim a Academia Militar, a Academia de Marinha e a de Artes. Os Cursos Jurídicos foram criados em 1827, por meio de legislação. Todo esse processo passava pelo crivo da República que se baseava na chamada “prudência imperial”. Somente em 1920 é que se reúnem as três grandes escolas tradicionais de Medicina, Engenharia e Direito sob uma gestão universitária.

Esta é a grande tradição de século e meio do Brasil no ensino superior. Dentro dessa tradição, realizamos a nossa cultura jurídica e procedemos à mutação da cultura literária para a cultura científica nas escolas de medicina e iniciamos nossa cultura matemática e tecnológica nas escolas de engenharia. Dentro dessa tradição fizemos das Escolas de Filosofia escolas normais de preparo do professor secundário e semeamos cento e tanto delas pelo território nacional.

O mesmo fizemos com as Escolas de Economia. E, de modo geral, perdemos toda “moderação” monárquica e republicana (até 1940) e com ela também perdemos todos os padrões e semeamos universidades que já andam por perto de 50.

Mas não foi o bastante. O Grupo de Trabalho Universitário só quer que tenhamos hoje universidades. Só, por exceção, haverá ensino superior fora da universidade. Como são 700 os estabelecimentos de ensino superior e mais de 300 isolados, deveremos em breve contar algumas centenas de universidades.

A remota aspiração dos jesuítas, no século XVI, de criar a universidade no Brasil, renascida no século XVIII com os Inconfidentes Mineiros, repetida dezenas de vezes durante o Império, por três vezes renovada durante a República e sempre negada, implanta-se timidamente em 1920, incorporando as três escolas profissionais. Em 1934, com a Universidade de São Paulo, incluindo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, surge afinal a universidade no Brasil, que, então começa o seu curso lento até os 40, quando entra a crescer até as quase 50 de hoje e agora, com o relatório do GTU, faz-se transbordante como uma inundação, lembrando, na evolução do País, como que uma crise de “conversão religiosa”, em que velha e persistente hostilidade faz-se abruptamente adesão incoercível e entusiástica. (TEIXEIRA, 1999, p. 298).

Como se pode constatar, diferentemente da grande maioria dos demais países, o Brasil iniciou seu processo educacional em meio teve um início repleto de erros e inconstâncias. A grande falha, segundo Teixeira, (1999), está na dificuldade em aceitar a diversidade e o pluralismo existente na sociedade, dita democrática, naquele tempo. Assim, a universidade tal como qual é conhecida, é fruto de um processo histórico que

defende os interesses da elite governante de cada época. Apesar do sonho da democracia estar instalado, ainda há muito que ser feito no sentido de proporcionar um espaço acadêmico que permita estudos aprofundados e aprimoramento de conhecimentos científicos mais amplos e qualitativos.

1.1 O ensino superior brasileiro.

A universidade no Brasil é um fenômeno tardio. Por cerca de quatro séculos o Brasil passou sem ter a prerrogativa de ter uma universidade e, sobretudo, de produzir conhecimento. Esse quadro começa a mudar no início do século XX, mas, ainda, de forma diminuta.

Diante dessa mudança e implantação de universidades em solo brasileiro, surgem indagações de caráter crítico-reflexivo, isto é, qual é a sobre a real função da universidade.? Qual deve ser a perspectiva metodológica da universidade? Qual é a estrutura epistemológica que a universidade deve adotar nas diversas áreas do saber?

Essas e outras perguntas são produtos de reflexões acerca da universidade.

As universidades têm uma longa história durante a qual passaram por vicissitudes e transformações. Em substância, entretanto, são hoje quatro as suas funções fundamentais que, nas universidades brasileiras, se cumprem de modo fragmentado, incerto e, às vezes, acidentado. Destas grandes funções, [...] primeiro a da formação profissional. [...] segunda grande função. Seria a do alargamento da mente humana, que o contacto com o saber e a sua busca produzem nos que frequentam a universidade. [...] A terceira função é a de desenvolver o saber humano. [...] Por último, mas não menos importante, a universidade é a transmissora de uma cultura comum. (TEIXEIRA, 1999, p. 289-287).

Entende-se explicitamente a postura de Anísio Teixeira quanto à finalidade da universidade; enquanto lócus, esta deve empreender investigações científicas e, especialmente, ser produtora de conhecimento para o bem social comum.comum-social.

O campo universitário com no transcorrer do tempo, sobretudo pós-Vargas, entra em um processo de crescimento, pois, em 1951, é criado o CNPq e a CAPES. Em 1961, cria-se a Universidade de Brasília. N, novamente, Anísio Teixeira é um dos mentores, juntamente com o Antropólogo Darcy Ribeiro. E, essa universidade, moderna, tem como escopo reunir a produção científica existente com a estrutura epistemológica que a UNB adotará para o melhor da realidade da sociedade brasileira.

Com o crescimento de universidades federais, estaduais e privadas no Brasil, há um crescimento das vagas evidentemente, que as vagas crescem e o acesso torna-se um pouco mais “fácil” às pessoas.

Segundo o site da Universidade Federal de Campina Grande,

as 53 universidades federais vão quase duplicar o número de vagas em vestibulares até 2012. O crescimento será de 72%, pulando das atuais 133 mil para 229 mil vagas. A ampliação faz parte de um programa do Ministério da Educação (MEC) que passou a destinar recursos conforme o plano de crescimento de cada instituição. O Estado teve acesso aos números de vagas a serem criadas por todas elas. Há universidades que planejam mais de 300% de aumento em cinco anos. Se forem destacados só cursos noturnos, a ampliação do sistema será ainda maior, de 145%. Entre 2000 e 2006, esse índice tinha sido de 19%. A Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, aumentará em 3.200% - hoje são 80 vagas à noite, em 2012 serão 2.695. No Estado de São Paulo, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a de São Carlos (UFSCar) pelo menos duplicarão o total que oferecem hoje no período. O crescimento do noturno é uma das metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) do MEC, lançado no ano passado. O plano - cuja adesão é voluntária - exige ainda que as instituições busquem uma proporção de 18 alunos para cada professor e uma evasão máxima de 10%. A previsão é que as instituições recebam R\$ 2 bilhões até 2012 e outras verbas para investimentos, sempre conforme os projetos apresentados.

Essa informação propicia uma visão panorâmica do crescimento do campo universitário do Brasil e a crescente abertura de vagas, objetivando um acesso maior por parte da sociedade. Embora, a universidade seja um fenômeno tardio no Brasil, desde a década de 20, o crescimento é explícito e, sobretudo, evidencia o crescimento do país Brasil em termos de contribuição para o conhecimento e novas descobertas científicas.

Desde que surgiu, o ensino superior traz consigo uma série de conceitos estabelecidos e que acabam por tornar tradição na mentalidade e concepção das pessoas. Segundo Teixeira (1999), as aulas do curso superior seriam conferências notáveis e sua eficiência estaria centrada no professor, que era selecionado por meio de concurso público e este exigia do professor selecionado uma gama de conhecimentos que o habilitavam para lecionar. Esse mestre, em virtude da lei, tinha recebido da legislação regalias e privilégios especiais, porém sua remuneração era simbólica, uma vez que lecionar era uma profissão mais voltada à virtude de ensinar do que uma profissão rentável uma profissão para obtenção de lucro. O grupo de professores elegia um representante mor que era o diretor, ao qual cabia a responsabilidade de representar a instituição. Tal modelo era semelhante à universidade alemã.

Enquanto o consenso social em torno dessa escola superior isolada e aristocrática, destinada à cultura superior nas profissões liberais, pôde ser mantido, as escolas superiores foram poucas e desempenharam as suas funções sociais com zelo e apreciáveis resultados. Inspirava-as um respeito pela cultura intelectual herdada de nossas tradições humanísticas de aristocracia do espírito e da inteligência. Embora o curso superior não oferecesse todas as condições práticas para a formação do estudioso (scholar), resumindo-se às aulas-conferência, a qualidade do professor chegava muitas vezes, a provocar o gosto pelo estudo e alguns graduados se faziam, depois, especialistas e homens de alta cultura, marcados, é certo, pelo autodidatismo. Todas as brilhantes figuras de nossa cultura política, jurídica, histórica, geográfica, filológica e literária e, por fim, matemática e científica resultaram, em última análise, dos estímulos, se não da formação, do ensino superior brasileiro. A convivência com professores eminentes, malgrado o caráter inevitavelmente superficial dos estudos, atuou como um fermento para a formação autodidática posterior. A vitória dos alunos nos concursos de catedráticos sempre representou a sua verdadeira graduação como colega de magistério de sua alma mater. (TEIXEIRA, 1999, p. 280).

Diante desse quadro, a universidade nascia e ganhava forma de uma instituição voltada para as necessidades da época. Após esse período, surgiu a ideia de ampliar a lista de cursos oferecidos, inserindo os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, fazendo assim com que a universidade se assemelhasse ao modelo francês, no qual o intuito era oferecer cultura geral introdutória a um grupo seletivo de alunos. Segundo Teixeira (1999), esse estudo era conceituado como cultura desinteressada e não visava formação profissional, porém compunha-se do núcleo básico e comum para as demais ciências. Com o passar dos anos, a constante evolução e as transformações políticas ocorridas no Brasil também moldaram os cursos superiores. O estudo era voltado ao desenvolvimento profissional em detrimento do desenvolvimento intelectual. Berger (1980) explicita em sua teoria da dependência, na qual um país depende do desenvolvimento de outros para esboçar seu progresso, por meio de repetição ou posse das inovações alheias, que, nos países americanos, acontece essa relação. Dela surge uma série de fatores negativos como perda de autonomia, destruição da unidade étnica, limitação do desenvolvimento posterior etc. Dessta forma, o conhecimento científico de pesquisa e filosófico, quando sucumbido, gera a doentia dependência do desenvolvimento alheio em tecnologias, políticas, governamentais, para que se inicie um movimento progressivo. Este modelo “profissionalizante” necessita ser revisado e reestruturado. Como explica Teixeira (1999), a missão fundamental da universidade é criar a cultura brasileira, estudar os problemas nacionais e proporcionar o avanço do conhecimento do homem. O autor Teixeira (1999) ainda ressalta que o ensino superior brasileiro tem sido, ao longo dos anos, superficial em demasia, objetivando apenas a

transmissão de conhecimentos e, em raras ocasiões, proporcionando algumas formas de pesquisa.

Por certo são os indivíduos que fazem ciência. A ideia nova ocorre num indivíduo e não na sociedade. Se o indivíduo não fosse livre não haveria ciência. O mesmo não sucede, porém, com produtos da ciência. Estes têm de ser explorados socialmente. A medida que aumentaram, passaram a ser explorados pelas forças da sociedade, novas, talvez, mas não renovadoras, na realidade desligadas do espírito, do método e da atitude científica e democrática... E aí é que está o ponto de deflexão das correntes novas que o século dezoito deflagrou. (TEIXEIRA, 1968, p. 21).

Além disso, Ribeiro (1969) comenta que o saber científico já não é incentivado no ambiente acadêmico, mas que o mesmo é constituído apenas de uma ferramenta, utilizada por qualquer nação, por meio de procedimentos padronizados e orientada para o desenvolvimento tecnológico.

Nestas circunstâncias, torna-se ainda mais imperativa a discussão da estrutura e da reforma da universidade que convém aos latino-americanos. O êxito ou o malogro deste esforço em enfrentar a tarefa universitária agora e amanhã, a tarefa política de ganhar a universidade para um projeto próprio e autônomo de desenvolvimento, terá seguramente, um efeito capital com respeito ao futuro da América Latina. Sua conquista representará uma vitória na luta pela superação do subdesenvolvimento; seu fracasso representará a consolidação do atraso através de uma transfiguração da universidade que a obrigue a servir a desígnios estranhos.

Por todas estas razões é tão vital para os latino-americanos o debate que se trava hoje, em todo mundo, a respeito da crise estrutural das universidades. E é importante, sobretudo, que intervenhamos no debate, com nossa visão particular e com nossa problemática específica, em busca de soluções próprias que correspondam às condições locais. A alternativa seria esperar que os debates entabulados nas universidades europeias, que estão descontentes consigo mesmas, surgisse o novo modelo de estrutura que deveríamos copiar e adotar; ou, também, a expectativa de que do livre jogo de fatores em tensão e devido à pressão do intervencionismo norte-americano, emergisse espontaneamente a universidade necessária a nossos povos. (RIBEIRO, 1969, p. 154).

Dessta forma, Ribeiro (1969) conclui explicando que, diante de toda a problemática toda a problemática que enfrentam as universidades dos países latino-americanos, há necessidade vital de transformação da estruturação desses ambientes para habilitação dos mesmos ao saber moderno, aplicando o mesmo para a aceleração do desenvolvimento da sociedade. O autor Ribeiro (1969) enfatiza ainda que a finalidade

primordial da universidade está no cultivo e difusão do saber, pois somente desta forma haverá o desenvolvimento da sociedade em um âmbito amplo e expressivo.

Não se pode negar o intenso dinamismo da situação presente no Brasil. Há um despertar geral das consciências individuais para novas oportunidades e há progresso material para atender, pelo menos em parte, a corrida a novos cargos e novas ocupações. Como inserir nesse processo dinâmico de mudança o fator educação, de modo que ele ajude, estimule e aperfeiçoe toda a transformação, dando-lhe, quiçá, novos ímpetos e melhor segurança do desenvolvimento indefinido?

Temos, primeiramente de tudo, de reestabelecer o verdadeiro conceito de educação, retirando-lhe todo o aspecto formal, herdado de um conceito de escolas para o privilégio e, por isso mesmo, reguladas apenas pela lei e por toda a sua parafenalia parafernália formalística, e caracterizá-la, enfaticamente, como um processo de cultivo e amadurecimento individual insusceptível de ser burlado, que pois corresponda a um sentimento orgânico, humano, governado por normas científicas e técnicas, e não jurídicas, para e a ser julgado sempre a posteriori e não pelo cumprimento formal de condições estabelecidas a priori.

Restabelecida esta maneira de conceituá-la, a educação deixará de ser o campo de arbitrária regulamentação legal, que, no Brasil, vem fazendo dela um objeto de reivindicação imediata, por intermédio do miraculoso reconhecimento legal ou oficial. O fato de haveremos confundido e identificado o processo educativo com um processo de formalismo legal levou a educação a ser julgada por normas equivalentes às da processualística judiciária que é, essencialmente, um regime de prazos e de formas, fixados, de certo modo, por convenção.

Ora, se o processo educativo é fixado por convenção, está claro que a lei pode alterá-la mudar as convenções...E daí a poder decretar a educação é um passo. E assim vem ocorrendo uma constante adequação de normas à demandas socioeconômicas. Logo, verifica-se E que outra coisa temos feito, desde os repetidos espetáculos maiores dos exames por decreto.

, senão dar e tornar a dar este passo?

2. A educação brasileira moderna.

Toda a nossa educação, hoje, é uma educação por decreto, uma educação que, para valer, somente precisa ser “legal”, isto é, “oficial” ou “oficializada”. É pela lei que o termo ensino fundamental substituiu normativamente o termo a escola primária de três ou quatro turnos é igual à escola primária completa, também é pela lei que ;, que o o ensino fundamental II, ginásio particular ou público, sem professores nem condições para funcionar, é igual aos melhores ginásios do país;, e que a escola superior improvisada, sem prédica nem professores, é igual a algumas grandes e sérias escolas superiores do País. Contudo, ainda que a lei estabeleça igualdade de parâmetros entre as entidades de ensino, na prática há grande disparidades.

Segundo Teixeira (1968, p. 13), ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence.

Ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer as instituições e a sociedade e a que pertence (Teixeira, 1968, pág. 13).

Com esta assertiva, está colocação de Anísio Teixeira começamos a refletir sobre o papel da desigualdade que permeia a história, nas mais diversas situações e instâncias que a sociedade possui. Um meio de resolver isso seria dar possibilidades a todos de maneira igualitária para que fomentem sua inteligência e, através dela, possam participar ativamente do processo social que todos vivenciam.

Teixeira também defende que,

cCom o grande desenvolvimento do processo democrático houve um grande avanço da liberdade, as pessoas se sentiram e tiveram mais liberdade, mas o que de fato haveria de ocorrer era uma liberdade de inteligência? Essa liberdade seria uma ausência de restrições no campo pesquisa científica, dando assim a possibilidade da ciência de desenvolver-se sem limites e sem barreiras. Daí a necessidade da construção da educação sem coerções para um processo de liberdade mais consistente como diria o estudioso: O homem precisa educar-se, formar a inteligência, para usar eficazmente as novas liberdades (Teixeira, 1968, pág. 17).

O problema é que, com a deixada da educação em segundo plano, se formarão irão se formar somente aqueles que têm condições de estudar e que serão na verdade os poderosos que manipulamram a população. E a construção desse processo não foi intuída naturalmente, mas foi lançada com o desejo teórico do século XVIII, cujaonde a vontade de edificar uma sociedade melhor e moralmente mais edificada tomaram proporções que, na verdade, desviaram-se do sentido primário. Houve então uma grande

valorização do indivíduo em todos os sentidos, dando a cada pessoa a responsabilidade de buscar recursos e maneiras de se edificar. Entretanto,

Contudo o ideal de valorização do indivíduo não deu tão certo assim e como defendeiz Anísio Teixeira,:

a chamada crise do indivíduo na ordem social criada pela indústria e pela ciência e o resultado de uma profunda contradição da sociedade, que, de um lado aceitou a mais revolucionária das formas de transformação e, de outro, recusou-se considerar-se revolucionária (1968, pág. 19-20).

Assim, o maior sofrimento fica a cargo do homem que tem uma integração mecânica considerável e pouquíssima integração social, gerando, dessta maneira, um homem fragmentado e neurótico, ou seja, totalmente perdido e sem perspectiva de caminho. Bater na tecla da democracia como meio eficaz de garantir o processo educativo e é o que faz Anísio Teixeira quando diz:

uma política de força impede o funcionamento da democracia. Porque a forma democrática como procuramos acentuar, é a confiança na razão humana, devidamente cultivada, a participação de todos na formação da sociedade, com o desenvolvimento de cada um até o máximo de suas possibilidades e o enriquecimento do pensamento individual de cada ser humano, com todos os recursos possíveis de informação livre e exata (Teixeira, 1968, pág. 23).

Então, para que isso ocorra da de maneira plena e total, é preciso que o espiritoespírito de democracia e ciência caminhem unidos, a fim de realizarem esse processo de participação humana efetiva e consciente na sociedade.

É importante também que as ciências estudem o homem e deem importância a estas maneiras de compreendê-lo e controlá-lo,contê-lo de seus impulsos antissociais, porque assim a convivência poderá ocorrer de modo pacífico e pleno sem grandes intervenções. Vale ressaltar Fique claro que as questões de cunho financeiro não são ro não são de grande valia nesste momento, mas o processo de integração humana, que tem maior faz de modo mais plenitude o ainda por meio através de uma educação que atinja a todos sem nenhuma distinção, e deste modo garanta e faça então participaparticipação r ativamente da sociedade democrática no exercício da cidadania.

Conclusão

Conclui-se, então, que é imprescindível uma mudança no sistema educacional universitário de forma urgente e abrangente.

Conforme Teixeira (1999),

a primeira atitude de modificação e revisão do sistema coisa que precisa ser modificada e revista é a regulamentação da educação diferentemente do que ocorre em outras áreas como agricultura e medicina, uma vez que estas apresentam regras meramente aplicáveis e seguidas por funcionários, enquanto que aqueles necessitam de um processo especializado e profissional, extremamente variado, em velocidade e excelência. (TEIXEIRA, 1999).

Pode-se A partir das análises feitas, pode-se constatar que a universidade no país está longe de ser um ambiente democrático de difusão de ideias e pensamentos que promovam o desenvolvimento da sociedade na qual está inserida. Desse modo, é preciso Porém muita coisa se modificar ou ao longo dos anos e a evolução desse processo educativo nos mais passa por transformações variadas aspectos para que a democratização do ensino acadêmico possa ser de fato alcançado. que se caracterizam pelas épocas em que ocorrem. Assim, com o avanço exacerbado das tecnologias, atualmente, abre-se um leque de oportunidades para que o setor das universidades revisem suas concepções e conceitos, de forma que para que as elas mesmas atinjam o patamar que os teóricos tanto sonharam, que é difundir os conhecimentos a todos da forma mais democrática possível a fim de de estudar, compreender e, sobretudo melhorar a sociedade no contexto s tempos atuais.

A conclusão das leituras normativas é de que o direito à educação é um direito inato, garantido constitucionalmente como direito social. Todavia, as políticas do poder executivo não são efetivas para garantir a aplicação prática do alcance de tal direito à sociedade, ficando o direito à educação normatizado pelo poder legislativo como garantia constitucional, mas sem meios eficazes de aplicabilidade por falta de políticas do poder executivo para efetivar a entrega do direito positivo aos administrados.

Referências

BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. 3.ed. São Paulo: Difusão editorial, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

_____. TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

_____. TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.